



## **Ata de Reunião Setorial do Processo de Consulta Pública para a Recategorização da Reserva Biológica Estadual do Banhado do Maçarico**

- Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Rio Grande -

1 Aos oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete, às 14 horas e 15  
2 minutos, reuniram-se, na sede da Secretaria Municipal de Coordenação e  
3 Planejamento, localizada à rua General Neto, 34, no município de Rio Grande, os  
4 Conselheiros e demais interessados, conforme lista de presença constante no Anexo I,  
5 para tratar da proposta de recategorização da Reserva Biológica Estadual do Banhado  
6 do Maçarico. Luiz Arthur faz a abertura da reunião, explicando que foi chamada esta  
7 reunião extraordinária a fim de que a SEMA apresentasse a proposta de  
8 recategorização da Reserva Biológica Estadual do Banhado do Maçarico, como parte  
9 integrante do processo de consulta pública. A seguir, é feita uma rodada de  
10 apresentação dos participantes. Luiz Arthur passa a palavra à equipe da SEMA, para  
11 que seja feita a apresentação da proposta. Luisa apresenta a proposta da  
12 programação da reunião, a qual terá um momento para a apresentação da proposta,  
13 e, posteriormente, um momento para colher as manifestações dos presentes. Luisa  
14 explica que, após a publicação da Reserva Biológica Estadual do Banhado do  
15 Maçarico, a mesma foi questionada, sendo estabelecido um grupo de trabalho  
16 composto por membros da SEMA, da Associação de Proprietários e Moradores do  
17 Banhado do Maçarico – APMBM, entre outros. Este grupo de trabalho elaborou uma  
18 proposta, apresentando uma alternativa aos conflitos gerados pela criação de uma  
19 reserva biológica. Desse modo, o objetivo da reunião é apresentar o que está sendo  
20 proposto, e ouvir as considerações dos presentes, de modo a construir a proposta com  
21 a sociedade. A seguir, Luciano passa à apresentação da proposta. Inicia com a  
22 contextualização da Reserva Biológica Estadual do Banhado do Maçarico, que é uma  
23 área importante para a conservação de aves, reconhecida internacionalmente como  
24 uma IBA (Important Bird Area), é uma área prioritária para a conservação, segundo o  
25 Ministério do Meio Ambiente, e no seu interior, encontram-se espécies ameaçadas de  
26 extinção, como o macuquinho-da-várzea, o caboclinho-do-papo-branco, e o  
27 caminheiro-grande. O macuquinho-da-várzea apresenta populações pequenas e  
28 isoladas no Estado, ocorrendo apenas no banhado do Maçarico, no Refúgio de Vida  
29 Silvestre Banhado dos Pachecos, e no Parque Nacional Aparados da Serra. Na  
30 Reserva Biológica Estadual do Banhado do Maçarico, a população é estimada em  
31 duzentos casais. A seguir, apresenta os objetivos de criação da REBIO Banhado do  
32 Maçarico, estabelecidos pelo Decreto Estadual 52.144/2010, sendo eles, preservar a  
33 dinâmica hídrica das áreas de nascentes que alimentam o sistema hidrológico do  
34 Taim, ao Sul e as drenagens naturais associadas ao estuário da Laguna dos Patos;  
35 preservar amostras das fisionomias palustres do banhado do Maçarico e seus  
36 ecossistemas associados; preservar uma área de reconhecida importância  
37 internacional para a conservação das aves; garantir a integridade de habitats para  
38 manter populações de espécies ameaçadas de extinção; preservar áreas  
39 insubstituíveis para uma população isolada de *Scytalopus iraiensis* (macuquinho-da-  
40 várzea); e preservar áreas de importância para a reprodução da espécie migratória  
41 *Sporophila palustris* (caboclinho-de-papo-branco). Luciano apresenta os limites da  
42 Reserva Biológica do Banhado do Maçarico, informando que a mesma tem uma área  
43 de 6.253 hectares, toda no município de Rio Grande, e é formada por dois polígonos,  
44 cortados pelo corredor das cruzeiras, a estrada que dá acesso ao parque eólico.  
45 Luciano apresenta o histórico dos acontecimentos posteriores à criação da Reserva  
46 Biológica do Banhado do Maçarico. Luciano diz que, no dia 10 de dezembro de 2014,



47 o Estado publicou um decreto criando a unidade de conservação. Foi um processo  
48 traumático para a região, pois o próprio município não tomou conhecimento, pois a  
49 categoria reserva biológica pode ser criada sem a realização de consultas públicas.  
50 Em 2015, houve um acontecimento muito positivo, que foi a proposição da APMBM de  
51 rever o decreto de criação da unidade de conservação. A Secretaria aceitou essa  
52 proposição, e criou um grupo de trabalho, através da Portaria SEMA 93/2015, com o  
53 objetivo de realizar estudos e propor diretrizes para a Reserva Biológica do Banhado  
54 do Maçarico. Dentro dos trabalhos realizados pelo grupo de trabalho, foram  
55 elaborados estudos técnicos, e, a partir desses estudos, foi elaborado um parecer da  
56 Divisão de Unidades de Conservação, propondo a recategorização da unidade de  
57 conservação para um refúgio de vida silvestre, mantendo seus limites originais. O  
58 parecer foi apresentado ao grupo de trabalho, que o aceitou. A partir disso, foi  
59 elaborada a proposta técnica de recategorização, e a proposta do processo de  
60 consulta pública, as quais foram aprovadas pelo grupo de trabalho em reunião  
61 realizada em setembro. Os encaminhamentos que se deram a seguir, estão  
62 acontecendo essa semana, com a realização de reuniões setoriais, sendo esta uma  
63 delas. Foi realizada uma reunião extraordinária do Conselho Consultivo da Estação  
64 Ecológica do Taim, pois este fórum concentra uma boa representatividade dos setores  
65 interessados na questão. Também foi realizada uma reunião em uma propriedade  
66 inserida no interior da unidade de conservação, a fim de contemplar os proprietários e  
67 moradores, que foram diretamente afetados pela criação da Reserva Biológica do  
68 Banhado do Maçarico. E hoje a tarde, estamos no COMDEMA, fórum com uma  
69 representatividade plural, que pode contribuir com a proposta apresentada. Luciano  
70 passa à apresentação da proposta de recategorização, informando que a mesma tem  
71 como base a manutenção dos objetivos, bem como a manutenção dos limites  
72 estabelecidos pelo decreto de criação da unidade de conservação, alterando a  
73 categoria de reserva biológica para refúgio de vida silvestre. Destaca que a alteração  
74 da categoria mantém a unidade de conservação dentro do grupo de proteção integral.  
75 A alteração proposta justifica-se pela possibilidade da manutenção dos objetivos sem  
76 prejuízo dos mesmos, apresentando ganhos. Existe ganho ambiental, pois o  
77 caminheiro-grande, espécie ameaçada, beneficia-se com a alteração de categoria.  
78 Mantendo-se a reserva biológica, com a retirada do gado, haverá a alteração do  
79 ambiente de campo. O caminheiro-grande é uma espécie que necessita de campo  
80 baixo, como aqueles utilizados para pastoreio. Dessa forma, em uma reserva  
81 biológica, o processo haveria a perda da espécie. Existe, também, o ganho social, pois  
82 a categoria refúgio de vida silvestre permite a manutenção de atividades econômicas  
83 de baixo impacto compatíveis com os objetivos da unidade de conservação. Além  
84 disso, não há a obrigatoriedade da regularização fundiária, podendo ser mantidas  
85 áreas particulares em seu interior. Luciano apresenta um quadro comparativo entre as  
86 duas categorias. Quanto aos objetivos das categorias, estabelecidos pelo SNUC, o  
87 objetivo da reserva biológica é a preservação integral da biota e demais atributos  
88 naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações  
89 ambientais, enquanto o objetivo do refúgio de vida silvestre é proteger ambientes  
90 naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies  
91 ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória. Na prática, o refúgio  
92 permite preservar os processos naturais da área com mínima intervenção humana,  
93 permitindo ações de manejo do ambiente, como o manejo do campo nativo com a  
94 pecuária, mantendo a conservação do macuquinho-da-várzea, do caboclinho-de-papo-  
95 branco, e, como um ganho, do caminheiro-grande. Quanto à questão fundiária, em  
96 uma reserva biológica, a posse e o domínio das áreas são públicas, devendo as áreas  
97 particulares ser adquiridas pelo Estado. Em um refúgio de vida silvestre as áreas  
98 podem continuar de domínio privado, desde que os usos sejam compatíveis com os  
99 objetivos da unidade de conservação. Conforme o resultado dos estudos do plano de  
100 manejo, se forem identificadas áreas mais frágeis, ou que necessitem maior



101 restrição de uso, o Estado tem a obrigação de adquiri-las, mas mesmo assim, é uma  
102 situação diferente de uma reserva biológica, na qual as áreas devem ser adquiridas  
103 em sua totalidade. Luciano apresenta o fluxo do processo de consulta pública, o qual  
104 foi estabelecido pela Portaria SEMA 105/2017. Explica que, no processo, está prevista  
105 a realização de reuniões setoriais, da qual esta faz parte, que são reuniões menores, a  
106 fim de oportunizar o debate em relação à proposta, e uma consulta “online” pela  
107 página da Secretaria, para o recebimento de contribuições de setores não locais. Na  
108 página da Secretaria, estarão disponíveis, além da proposta técnica, os estudos que  
109 embasaram a proposta de recategorização, e o formulário para que as pessoas  
110 possam se manifestar. Os resultados obtidos serão sistematizados, e apresentados  
111 junto com a proposta em uma reunião pública, que será mais abrangente, aberta ao  
112 grande público do município e da região. Nessa reunião, também serão colhidas as  
113 manifestações em relação à proposta. Após, os resultados serão analisados a fim de  
114 que a proposta seja readequada, e siga os trâmites necessários. Luiz Arthur questiona  
115 se havia a obrigatoriedade de se criar uma unidade de proteção integral. Luciano  
116 responde que não há obrigatoriedade, mas para a criação de uma unidade de  
117 conservação são elaborados estudos técnicos, os quais indicam a melhor categoria.  
118 Paola complementa que é histórica e notória a importância do banhado do Maçarico  
119 para a conservação, no sentido de que seriam necessárias ações mais protetivas para  
120 a preservação da área, com a criação de uma unidade de conservação. Existem,  
121 inclusive, estudos elaborados pelo IBAMA visando à criação de um refúgio de vida  
122 silvestre federal. Essa proposta não foi adiante, e esses estudos foram utilizados no  
123 processo de criação da unidade de conservação estadual, a Reserva Biológica do  
124 Banhado do Maçarico. No entanto, o Estado optou por criar uma reserva biológica, por  
125 ser um processo mais célere, no sentido de que não é necessária a etapa de ouvir a  
126 sociedade, pela realização da consulta pública. Os objetivos estabelecidos pelo  
127 decreto de criação da Reserva Biológica do Banhado do Maçarico estão de acordo  
128 com as necessidades de conservação da área. No entanto, para um mesmo território,  
129 podem existir diferentes estratégias de como promover essa conservação. Em 2014, o  
130 Estado optou por fazer a conservação através de uma reserva biológica, a categoria  
131 mais restritiva, onde o foco da gestão serão os processos, e as restrições são tão  
132 severas, que não tem como conciliar com propriedades privadas, devendo o Estado  
133 adquirir as áreas. Em 2015, com a criação da APMBM, foi solicitado espaço junto à  
134 Secretaria para discussão dessa estratégia. O grupo de trabalho criado, como espaço  
135 de debate, serviu como fórum para o debate de uma estratégia diferente. Foi  
136 questionado se uma reserva biológica seria a melhor estratégia, levando em  
137 consideração o contexto da área, e a forma como as pessoas produzem. O primeiro  
138 grande consenso do grupo de trabalho foi o reconhecimento da importância da área a  
139 da necessidade de cumprir os objetivos estabelecidos no decreto de criação da  
140 Reserva Biológica do Banhado do Maçarico. Partido desse ponto, foi avaliado se havia  
141 outra forma de fazer cumprir os objetivos sem ser uma reserva biológica. Para tanto,  
142 foram realizados estudos específicos, a fim de avaliar se a alteração da categoria  
143 acarretaria prejuízo aos objetivos. Os estudos embasaram a decisão de que é possível  
144 alterar a categoria. Ao alterarmos a categoria, alteramos o foco, focando mais nas  
145 espécies e populações citadas no decreto, agregando mais diversidade, ao conservar  
146 o caminheiro-grande, associando a conservação à pecuária em campo nativo. Desse  
147 modo, há o reconhecimento de que o modo de criar o gado feito na região também é  
148 uma ferramenta de conservação. A partir disso, foi elaborada a proposta, a qual está  
149 sendo trazida para consulta à sociedade. Luiz Renato salienta que os estudos do  
150 IABAMA já apontavam a necessidade de criar uma unidade de conservação da  
151 categoria refúgio de vida silvestre, pela natureza da ocupação do local, com a  
152 atividade de pecuária extensiva, praticada há muitos anos. Foram esse estudos que  
153 nos levaram a fazer a solicitação à SEMA, a motivação da APMBM foi embasada  
154 nesses estudos. Thiago diz que houve a preocupação do grupo em não provocar



155 retrocesso ambiental com a alteração da categoria, mas os estudos indicaram que o  
156 que melhor se encaixa para o banhado do Maçarico é o Refúgio de Vida Silvestre.  
157 Eduardo destaca que a Reserva Biológica do Banhado do Maçarico é uma das poucas  
158 unidades de conservação criadas por um Termo de Ajustamento de Conduta,  
159 relacionado ao parque eólico. Ela foge à regra em relação aos prazos e estudos. Não  
160 foi feito estudo socioeconômico, nem fundiário. Também não foram feitos  
161 levantamentos de flora e fauna, sendo essa necessidade apontada pelos estudos do  
162 IBAMA. Questiona como pode ter sido criada uma reserva biológica sem dispor das  
163 ferramentas fundamentais para se criar uma unidade de conservação dessa  
164 envergadura. Luiz Arthur pondera que, apesar de tudo isso que aconteceu, o horizonte  
165 parece promissor, com a SEMA propondo uma alternativa viável, pois apesar do  
166 Estado e município terem suas obrigações com as unidades de conservação, também  
167 precisam se preocupar com a questão produtiva. Cléber diz que vê a proposta com  
168 bons olhos, assim como outras propostas apresentadas no COMDEMA pelo DEFAP,  
169 Departamento da SEMA que admira, porque trabalha com o mesmo segmento da  
170 ONG que faz parte, florestas protegidas. Destaca a importância dessa reunião, na qual  
171 estamos definindo a melhor forma de conservar o banhado do Maçarico, e das  
172 espécies migratórias. Passamos para um novo patamar, Questiona se há um trabalho  
173 efetivo da SEMA quanto à educação ambiental dos proprietários, a fim de auxiliá-los  
174 para que conservem o ambiente. Paola responde que a área já é muito bem  
175 conservada pelos proprietários, a SEMA recentemente inseriu-se nesse contexto. A  
176 criação da Reserva Biológica do Banhado do Maçarico criou um conflito que acabou  
177 prejudicando a forma como as coisas vinham sendo feitas. Agora que estamos  
178 trabalhando a fim de sanar esse passivo criado, por meio de uma estratégia de  
179 conservação pactuada com os proprietários, formalizada através da figura de uma  
180 unidade de conservação. Werner diz que o posicionamento da entidade que  
181 representa no COMDEMA é o de apoiar a proposta de recategorização se não houver  
182 a alteração dos limites, e se a unidade de conservação for mantida no grupo proteção  
183 integral. Opina que o resultado da proposta é satisfatório. Diz que tudo o que é criado  
184 de cima para baixo gera conflito, ainda mais em uma área onde os proprietários já  
185 atuam para a conservação do meio ambiente. Desse modo, pelas informações  
186 existentes o NEMA entende que um refúgio de vida silvestre é a categoria mais  
187 adequada para o local. Pede uma atenção redobrada para que a pecuária seja  
188 mantida em campo nativo na recategorização da unidade de conservação. Agradece  
189 ao grupo de trabalho pela solução encontrada, que concilia os interesses da área sem  
190 esquecer da conservação do meio ambiente. Questiona se vai ser realizada uma  
191 audiência pública, ou se as reuniões que estão sendo realizadas vão cumprir esse  
192 papel. Luisa responde que a consulta é todo um processo, essas reuniões setoriais  
193 são a consulta pública, assim como a consulta pelo site da SEMA. Também será  
194 realizada a reunião pública, que tem regramento específico, e chamamento por edital.  
195 Werner faz o convite para que a SEMA participe do Conselho da APA da Lagoa Verde,  
196 pois hoje há o problema do não cadastramento da unidade de conservação no  
197 Sistema Estadual de Unidades de Conservação. Kahum parabeniza a iniciativa, pois  
198 a gestão territorial que envolve área protegida e atividades produtivas é bem difícil, e  
199 quando envolve desapropriações é pior ainda, pois é necessário comprar as áreas, o  
200 que envolve recursos. O banhado do Maçarico é uma área muito bem conservada,  
201 que consegue comportar as atividades que existem no entorno. Desse modo,  
202 concorda com essa iniciativa, conforme o que foi apresentado. Questiona o tamanho  
203 da área que seria desapropriada, caso não ocorra a recategorização para refúgio de  
204 vida silvestre. Luciano responde que seriam 6.253 hectares, correspondentes à área  
205 da Reserva Biológica do Banhado do Maçarico. Luisa complementa que não existe o  
206 estudo fundiário, ou seja, não temos a informação precisa, pois podem haver áreas  
207 devolutas que não precisariam ser indenizadas. Eduardo diz que seriam cerca de 300  
208 hectares de áreas devolutas apenas. O restante deverá ser indenizado, a preço de



209 mercado, o que poderia gerar a necessidade de um investimento de,  
210 aproximadamente, R\$ 100.000.000,00. Paola saliente que existe a questão fundiária,  
211 mas ela não é o que justifica a proposta de recategorização. O que motivou foi a  
212 mudança de paradigma de como conservar. Estamos propondo fazer a conservação  
213 junto com os proprietários. Werner diz que, aproveitando esse processo, que está  
214 sendo bem participativo, deve ser dada urgência na elaboração do plano de manejo, a  
215 fim de controlar os impactos, e que o mesmo seja feito de forma participativa. Paola  
216 destaca que a diretrix da SEMA hoje é não fazer planos de manejo em unidades de  
217 conservação que não possuem Conselho formado. Desse modo, avançando na  
218 recategorização, o próximo passo, é criar o Conselho, e o plano de manejo é trazido  
219 para dentro do Conselho. Daniel diz que, apesar da necessidade de se estabelecer  
220 áreas protegidas, pela velocidade em que os ambientes são perdidos, muitas vezes as  
221 mesmas são criadas em um contexto não muito propício, em processos impostos de  
222 cima para baixo (autoritarismo ecológico), à exemplo do próprio Parque Nacional de  
223 Yellowstone. O movimento ambientalista tem avançado no sentido de reconhecer que  
224 a mediação é o caminho, a fim de compatibilizar os interesses, pois todos são  
225 legítimos. Parabeniza a iniciativa, pois a mesma está focada na mediação. Questiona  
226 quantas famílias vivem na área, e qual o perfil das propriedades. Paola responde que  
227 a questão feita foi um dos principais pontos criticados no processo de criação da  
228 Reserva Biológica do Banhado do Maçarico, pois não existem essas informações.  
229 Eduardo destaca a ausência total de estudos socioeconômicos e fundiários. Criou-se  
230 uma unidade de conservação sem fundamentação técnica e científica. Luisa diz que  
231 na reunião setorial realizada no período da manhã, estavam presentes cerca de 50  
232 proprietários da Reserva Biológica do Banhado do Maçarico. Eduardo dia que o perfil  
233 da área são pequenas e médias propriedades. Valter ratifica o posicionamento do  
234 NEMA, e solicita o reconhecimento da APA da Lagoa Verde, que é a única unidade de  
235 conservação do município, e o não cadastramento prejudica a captação de recursos.  
236 Questiona como foi a aceitação dos moradores quanto à proposta de recategorização.  
237 Questiona sobre a elaboração de levantamentos socioeconômicos e sobre o plano de  
238 manejo. Luisa responde que não foram feitos estudos fundiários e socioeconômicos.  
239 Um aspecto que propiciou todo esse trabalho foi a organização de parte dos  
240 proprietários na figura da APMBM, que tiveram o papel chave de fazer a interlocução  
241 junto à SEMA. Hoje pela manhã na reunião setorial foi a primeira vez que a SEMA  
242 teve contato com os demais proprietários e moradores. Na referida reunião, não houve  
243 resistência dos presentes em relação à proposta, pelo contrário, houve aceitação.  
244 Eduardo dia que o grande ganho foi que, em momento algum, os proprietários  
245 reivindicaram o cancelamento do decreto, mas buscaram uma maneira de conciliar a  
246 conservação com a valorização das áreas, aproveitando a unidade de conservação  
247 para dar identidade geográfica aos produtos. Luiz Renato complementa que a APMBM  
248 sempre buscou a pro atividade nesse processo, propondo soluções ao invés de  
249 questionar judicialmente o decreto de criação da Reserva Biológica do Banhado do  
250 Maçarico. Destaca que a APMBM promove ações de conservação, existindo  
251 propriedades certificadas no Boas Práticas Agropecuárias da EMBRAPA, assim como  
252 propriedades certificadas pela Alianza del Pastizal. Quanto à colocação do Daniel,  
253 opina que estamos agora construindo a quatro mãos o que iniciou com um processo  
254 mal feito. Diz que tentaram fazer um estudo socioeconômico pela APMBM mas não  
255 conseguiram, pela complexidade e custo do serviço. Quanto à identificação de origem  
256 dos produtos, diz que a ideia está amadurecendo, inclusive, propôs na reunião setorial  
257 do Conselho do Taim a criação de um selo abrangendo o território das duas unidades  
258 de conservação, buscando agregar valor aos produtos. Werner diz que o NEMA hoje  
259 já produz, em parceria, com os produtores, o arroz amigo do Taim, produto orgânico e  
260 certificado, que está inserido nesse cenário de boas práticas. O contexto atual está  
261 propiciando aos produtores trabalharem na perspectiva do boi verde, com a pecuária  
262 no campo nativo. Isso demonstra a viabilidade da conservação, dentro de uma visão



263 ecossistêmica maior. Tem que inserir o produtor, criar uma reserva biológica que vai  
264 tirar o gado não adianta, pois existe a viabilidade de conciliar a atividade com a  
265 conservação. Ronaldo Zechlinski (Sindicato Rural de Rio Grande) diz que, conforme a  
266 fala da Paola, o mérito da conservação da área, é dos produtores rurais, que há  
267 trezentos anos mantêm a economia das suas propriedades conservando a natureza, e  
268 não de quem chegou agora de paraquedas. Geremias faz um agradecimento ao  
269 presidente do COMDEMA, que não mediu esforços a fim de viabilizar a realização da  
270 presente reunião, tendo em vista o prazo de uma semana que teve para organizar  
271 tudo. Parabeniza a presteza e a celeridade do secretário em conduzir essa questão e  
272 promover esse importante encontro. Destaca que talvez a proposta que está sendo  
273 discutida aqui não seja vista com bons olhos pelos Promotores de Justiça. Este  
274 procedimento pode ser questionado, agravado pelo fato de estarmos diminuindo a  
275 restrição de uso da área. O que abranda essa situação é o fato de estarmos  
276 construindo um consenso. Luciano diz que a unidade de conservação veio em  
277 decorrência de um Termo de Ajustamento de Conduta, e no dia 09 de outubro foi  
278 realizada reunião, estando presentes a Secretária Ana Pellini, a Procuradora Federal  
279 Anelise Becker, o Promotor de Justiça Zachia Alan, que é o responsável pelo Termo, e  
280 o Secretário Morrone. Houve o questionamento da Procuradora Federal a respeito da  
281 recategorização, sendo prestados os esclarecimentos. O Promotor Estadual estava  
282 ciente do processo, tendo em vista que há representação do Ministério Público  
283 Estadual no grupo de trabalho. Todos estavam de acordo com a proposta. Geremias  
284 questiona quando vamos nos reunir para formar um grupo de trabalho para elaborar o  
285 plano de gestão da unidade de conservação. Luciano diz que, primeiramente, temos  
286 que concluir o processo de recategorização, cujos encaminhamentos vão depender do  
287 resultado da consulta pública. Conforme foi apresentado, não estamos propondo a  
288 alteração de limites, somente a mudança de categoria. Nesse formato, o entendimento  
289 é que a recategorização pode sair via decreto, tendo em vista que a Reserva Biológica  
290 do Banhado do Maçarico foi criada por decreto. Se houver alteração de limites, tem  
291 que ser por projeto de lei, e não temos como estimar quanto tempo levaria para  
292 tramitar na Assembleia Legislativa. Werner sugere que deve ser deixado mais claro  
293 que a recategorização vai manter a unidade de conservação dentro do grupo de  
294 proteção integral. A seguir, Luisa apresenta a sistematização das considerações feitas  
295 pelos participantes, conforme Anexo II. Kahum complementa que deve ser registrada  
296 a necessidade de elaborar um bom diagnóstico socioeconômico. Diz que a FURG é  
297 parceira nesse processo, já tem muitos estudos produzidos. Luiz Arthur agradece pela  
298 participação de todos, dizendo que sai contente da reunião, pois estamos juntos,  
299 querendo construir um espaço de qualidade que inclua as pessoas. Sem mais  
300 manifestações, às quinze horas e quarenta minutos deu-se por encerrada a reunião,  
301 quando eu, Paola Prates Stumpf, Técnica Ambiental da Divisão de Unidades de  
302 Conservação do Departamento de Biodiversidade da Secretaria Estadual do Ambiente  
303 e Desenvolvimento Sustentável, na qualidade de relatora, lavrei a presente Ata, que  
304 dato e vai assinada por mim. Rio Grande, 08 de novembro de 2017.

**Paola Prates Stumpf**  
**Técnica Ambiental DUC/DBIO/SEMA**  
**ID 2735407/02**

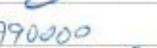
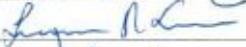


ANEXO I  
Lista de Presença



CONSULTA PÚBLICA – Recategorização da Reserva Biológica Banhado do Maçarico

Reunião nº 03 Público Alvo COMDEMA Rio Grande  
Local e Data: Secretaria de Controle e Planejamento, Rio Grande, 08 de novembro de 2017

Nome (legível)	Instituição	Contato (telefone/e-mail)	Assinatura
1. Paola T. Stumpf	SEMA	paola.stumpf@sema.rs.gov.br	
2. Letícia Dias Motauro	SEMA	leticiaadm94@gmail.com	
3. Juliana Victoria Nunes	SMMA IRG	julianavictoria@ig.com.br	
4. Luiz Arthur Fichto	IRG/SMMA	luiz.arthur@riogrande.rs.gov.br	
5. WALTER SPOTO	NEMA	WHSFOTO@ig.com.br	
6. Honorino José Renon	ASCALIXO	HJRENON@HOTMAIL.COM	
7. Renata Thaix de Silva	NEMA	rtamer@hotmai.com	
8. CARLOS CARNEIRO	ICMBio	carlos.carneiro@icmbio.gov.br	
9. Silvana Matos	SZ UD. BANCARIOS SILVANA M. MARTINS	SILVANA.MARTINS@HOTMAIL.COM	
10. ANGELO TERRA	SIND. BANCÁRIOS	angelolancey@gmail.com	997790000 
11. Luciano Possíveis Soares	SEMA	luciano-soares@sema.rs.gov.br	
12. VALTER MACEDO FERNANDES	ACAMBO	valtermf@yahoo.com.br	
13. EDUARDO R. PEIXOTO	Associação Maçarico	eduardo@peixoto.com.br	
14. MARIO BENDER	CIKS	mambender@gmail.com	
15. KAHAM BIANUCA	FURB	kbianuca@furb.br	
16. Kawane b. Daniel	angelbio	Kawanebdaniel95@hotmail.com	



**CONSULTA PÚBLICA – Recategorização da Reserva Biológica Banhado do Maçarico**

Reunião nº 03 Público Alvo COMDEMA Rio Grande

Local e Data: Secretaria de Controle e Planejamento, Rio Grande, 08 de novembro de 2017

	Nome (legível)	Instituição	Contato (telefone/e-mail)	Assinatura
17.	CLEBER ACUNHA	AMIGOS DA NATUREZA	cleber.s@amigosda.com.br E-MAIL: C...	
18.	Domel Greuter	FURG	domel.greuter@furg.br	
19.	Guemirias Viança de M...	SEARG	guemirias@searj.net	
20.				
21.				
22.				
23.				
24.				
25.				
26.				
27.				
28.				
29.				
30.				
31.				
32.				

## ANEXO II

### Registro e Sistematização das Considerações feitas pelos presentes



Figura 1: Registro das considerações feitas pelos participantes

Quadro I: Sistematização das considerações feitas pelos participantes

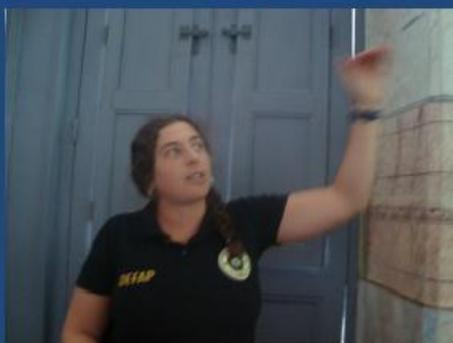
Tema	Considerações
Processo de criação e recategorização	Houve muitos transtornos do decreto mal feito (até emocional) Consulta pública deve acontecer sempre Parabéns aos proprietários e à SEMA pelo trabalho pós-decreto No processo da Consulta Pública, fazer uma "chamada didática", por exemplo: a recategorização ajuda a biodiversidade
Biodiversidade e Plano de Manejo da UC	A área da UC tem diferentes idades geológicas e, conseqüentemente, solo e biodiversidade Se retirar o gado, perde diversidade e aumenta o potencial de queimadas de maiores proporções Já existem áreas de plantio de soja dentro da UC Exstem áreas de lavoura dentro dos limites
Limites	o tamanho da UC tem efeito cascata, e se reflete na ZA e entorno Algumas propriedades são fatiadas pela poligonal, mas não há porque adequar nessa recategorização
Gestão Territorial no Entorno	Existe potencial para Corredor Ecológico com ESEC Taim Pode ser formado um mosaico de UCs na região É necessário definir a zona de amortecimento da UC
Selos e iniciativas existentes	Já existem propriedades cadastradas com Selo da Alianza do Pastizal e Boas Práticas Agropecuárias - BPA/Embrapa Boas Práticas na Propriedade Rural

### ANEXO III Relatório Visual da Reunião

08/11/2017 – à tarde  
Prefeitura de Rio Grande  
público alvo: Conselho Municipal de  
Defesa do Meio Ambiente



Apresentação da  
Proposta de  
Recategorização e  
do processo de  
Consulta Pública







Em síntese:

**HORIZONTE 20M. ALTERNATIVA VIÁVEL**

**MANUTENÇÃO DO PROJETO C/ LIMITES E OBJETIVOS**

**NECESSIDADE DE ESTUDOS SOCIAIS/AMBIENTAIS/ECOMOMIAIS**

**PLANO DE MANEJO C/ URGÊNCIA E PARTICIPATIVO**

**BOAS PRÁTICAS C/ VIA BILIDADE DA CONSERVAÇÃO COM AS PESÇAS**

**MELHORAR A COMUNICAÇÃO COM O PÚBLICO**

**MANUTER OS CAMPOS MANTIVOS**

**AS AVES COMO "BANDEIRAS" PARA CONSERVAÇÃO ZONHADAS**

**MEDIAÇÃO IMPORTANTE QUE DEVE SER MANTIDO**

**IDENTIDADE GEORRICA - PRAÇA DE ORIGEM C/ ORIGINAR/ÁREA VIVA**

**AGRADECIMENTO AO PRESIDENTE CONDENA C/ Celeridade ARIOU ESTA TRINDADE/PLATA**

**MANUTENÇÃO DAS ÁREAS CONSERVADAS É MEIO DOS PRODUTORES**

**APROXIMAÇÃO SEMA E PROPRIETÁRIOS E "INSERVAÇÃO"**

**SEMA DEVE SE APROXIMAR DO MUNICÍPIO**

**APA DA LAGOA VERDE: CONVITE P/ PARTICIPAR DO CONSELHO → SEUC**

**HOUVE REPRESENTAÇÃO A PREBITO, MPF, MPE E NÃO HOUVE CONTESTAÇÃO**